

Capitalismo periférico e universalização de direitos no Brasil: uma relação impossível / *Peripheral capitalism and rights universalization of rights in Brazil: an impossible relationship*

BRUNO JOSÉ OLIVEIRA¹

Resumo: O presente artigo aborda as questões relativas à extensão de direitos universais no contexto do desenvolvimento urbano-industrial brasileiro. Neste sentido, ele afirma que o processo de formação do capitalismo no Brasil é, estruturalmente, incompatível com a expansão de direitos de cidadania com vistas à construção de um modelo de universalização do bem-estar social. Para tanto, o artigo analisa os diferentes projetos de industrialização em disputa no contexto pré-1964 e as suas consequências para a conformação da modernização conservadora brasileira.

Palavras-chave: industrialização; direitos; capitalismo periférico.

Abstract: This article discusses the issues concerning the extension of universal rights in the context of Brazil's urban-industrial development. In this sense, he says that capitalism formation process in Brazil is structurally incompatible with the expansion of citizenship rights with a view to building a universal model of social welfare. To this end, the article analyzes the different industrialization projects in dispute in the pre-1964 context and its consequences for the conformation of the Brazilian conservative modernization.

Keywords: industrialization; rights; peripheral capitalism.

1 Assistente Social, doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

A crise da economia agroexportadora e o desenvolvimentismo

O Brasil, desde o período colonial, caracterizava-se por ter uma estrutura econômica fundada na exportação de produtos primários. A agroexportação, nas suas diferentes culturas como a cana-de-açúcar, o cacau, o látex e o café, foi durante mais de trezentos anos a atividade por meio da qual o país se integrava à economia internacional. Do final do século XIX a 1929, o Brasil destacou-se por ser o maior exportador de café do mundo. Durante esse período, a lavoura brasileira de café logrou o status de semimonopólio chegando a produzir $\frac{3}{4}$ da produção mundial.² A oferta significativa de mão de obra, a abundância de terras, a crise enfrentada pelos produtores asiáticos e a facilidade na aquisição de créditos foram, segundo Furtado (2005), os principais fatores de estímulo à expansão da atividade cafeeira. Paralelamente, conformava-se um bloco de forças sociopolíticas constituído pelas oligarquias regionais que controlavam o poder político. Dentre elas destacavam-se as oligarquias mineira e paulista, ambas associadas à produção cafeeira.

Porém, é importante ressaltarmos a existência, desde o início do século XX, de vetores externos e internos que expressavam o desenvolvimento, ainda que incipiente, do processo de modernização da sociedade brasileira. A I Guerra Mundial provocou uma significativa queda nas exportações de café e a consequente dificuldade de importação. Embora tenha permitido o redirecionamento de parte dos capitais para a produção industrial com vistas a abastecer o mercado interno, o surto de industrialização nesse período foi episódico e não produziu mudanças significativas na estrutura econômica brasileira. No entanto, ele proporcionou a expansão de novos grupos de pressão ligados às atividades eminentemente urbanas como o operariado e uma embrionária classe média. Durante os anos 20 do século passado, a radicalização dos movimentos de oposição protagonizados por esses dois grupos encontrou no movimento operário e no tenentismo³ as suas maiores expressões. Ambos, apesar de não possuírem convergências ideológicas

2 Ver Furtado (2005).

3 Movimento protagonizado por jovens oficiais do Exército brasileiro que se opunham ao regime político conhecido por República Velha (1889-1930). Ao longo da sua existência, esse movimento protagonizou diversas insurreições armadas, com destaque para a Revolta dos 18 do Forte, em 1922, no Rio de Janeiro, a Revolta Paulista, em 1924, e a Coluna Prestes, em 1925-27. Ver Moraes (2004).

significativas, expressavam o amadurecimento no incipiente espaço urbano de grupos sociais que se afastavam daquilo que Hollanda (2007) denominou como *herança rural*.⁴

A crise de 1929 e suas consequências para a economia brasileira proporcionaram a fragilização do modelo agroexportador e a erosão da estrutura política a ele associada a partir da Revolução de 1930. Desde então abriu-se um período marcado pela modernização da economia brasileira baseada no processo tardio de industrialização. Furtado (2003, p. 112) ao analisá-lo afirma que:

Absorvido pela política de valorização do café e pelos problemas ligados ao serviço da dívida externa, o governo não pôde perceber que se haviam criado no país, desde o começo do século XX, condições favoráveis a uma efetiva industrialização. É provável que a excessiva preeminência dos interesses cafeeiros na Primeira República seja responsável por essa miopia dos dirigentes do país. [...] Não resta dúvida, entretanto, de que esse atraso de um quarto de século na industrialização brasileira marcou definitivamente a história do país e está na base de grande parte dos problemas que hoje enfrenta.

O período compreendido entre 1930 e 1980 foi marcado por profundas alterações na sociedade brasileira. O golpe-revolução de 1930 abriu o caminho para a consolidação dos interesses de grupos e frações de classes sociais urbanas sintonizadas com o projeto de modernização do país, cujo elemento central seria a industrialização. Sendo assim, eles passariam a instrumentalizar o Estado brasileiro que se apresentará como indutor da industrialização assumindo direta ou indiretamente os investimentos em setores estratégicos da economia. Ao mesmo tempo, esse mesmo Estado adotará uma postura de mediação dos conflitos sociais com o objetivo de se estabelecer a integração das classes populares à ordem.

O processo de reorganização do capitalismo no mundo durante o pós-guerra foi diretamente responsável pela abertura da possibilidade

4 Segundo Hollanda (2007), a hierarquização das camadas sociais articuladas com as suas relações de poder e a ausência de uma vida intelectual desvinculada da religião seriam as principais características do predomínio da vida rural no Brasil pré-republicano.

de afirmação da modernização da esfera produtiva brasileira. A industrialização, que já ocorria a passos largos desde a década de 1930, ganhava novo impulso com a abundância de créditos oferecidos por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento, modificando a inserção da economia nacional na Divisão Internacional do Trabalho. Nesse sentido, o projeto desenvolvimentista inspirou-se, amplamente, no modelo de substituição de importações elaborado pela Cepal. O seu objetivo primordial era a formação de um capitalismo centrado na industrialização que superasse a especialização primário-exportadora que caracterizou a economia brasileira até 1930.

A crise do nacional-desenvolvimentismo e a modernização conservadora brasileira

Acompanhando tais transformações, diferentes categorias sociais empreenderam atividades de cunho social, político e cultural, revelando um processo de complexificação social que configura um contexto marcado pela acelerada ocidentalização⁵ do Brasil. As polêmicas em torno do modelo do desenvolvimento econômico brasileiro encontraram, desse modo, as condições para plasmarem o debate político, que se desenvolveu marcado por uma permanente crise de hegemonia que encontrará a sua raiz nas disputas entre os projetos de desenvolvimento.

Apesar de existir hegemonia das ideias alinhadas com a defesa da industrialização do país, conformada pela mudança do bloco histórico ocorrida durante o pós-1930, e pelo impulso desenvolvimentista do pós-guerra, existiam contradições entre as classes e grupos sociais que dariam origem a distintos projetos de desenvolvimento econômico. Dentre eles, destacamos o projeto nacional-desenvolvimentista (IANNI, 1975). A expectativa era que a sua efetivação fosse capaz de estabelecer a urbanização e a industrialização do país apoiadas no capi-

5 As categorias Ocidente e Oriente na obra de Antônio Gramsci dizem respeito ao grau de maturação do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, os países ocidentais seriam aqueles que apresentam uma maior complexificação social devido ao alto grau de desenvolvimento e consolidação das relações sociais capitalistas. Ver Coutinho (2005).

tal nativo que concorressem para a formação de uma sociedade com menores índices de desigualdades, bem como a ampliação da margem de autonomia nacional relacionada às decisões econômicas e políticas.

O pressuposto político-sociológico central do projeto em destaque era o da existência de uma burguesia com raízes nacionais e consciente da sua “missão histórica”. A “burguesia nacional” deveria ser capaz de liderar uma coalizão de classes sociais tendo o objetivo de modernizar a sociedade brasileira enfrentando-se com os latifundiários e com o imperialismo, responsáveis, segundo os nacional-desenvolvimentistas, pelo “subdesenvolvimento” do país.⁶ Para tanto, era necessário que essa classe desenvolvesse três características políticas como: 1) estar desvinculada e em situação de oposição às oligarquias rurais e aos interesses das empresas transnacionais; 2) ter a capacidade de aceitar o intervencionismo estatal como condutor da modernização econômica; 3) adotar a extensão de direitos como forma de integração das classes populares na dinâmica econômico-política nacional.

A acumulação de capital no Brasil desenvolveu-se, inicialmente, no setor agroexportador. A crise de 1929 e a consequente queda na capacidade de importação criaram o ambiente favorável às inversões de capital para o mercado interno. De acordo com Furtado (2005), coube inicialmente aos setores oligárquicos, que já tinham a sua produção agrícola voltada para o abastecimento interno, deslocarem o seu capital para as atividades urbano-industriais. Nesse sentido, podemos afirmar que, ao contrário das burguesias europeias que, em sua expressão clássica, se desenvolveram numa direção conflitiva em relação às classes proprietárias rurais, um segmento significativo da burguesia industrial brasileira teve no setor agroexportador a sua gênese. Consequentemente, não fez parte do horizonte histórico da nossa burguesia a tarefa de organizar a imposição das estruturas sociais modernas sobre classes sociais dominantes ligadas a modos de produção não capitalistas. As estruturas que marcaram a organização da esfera produtiva brasileira, no seu longo período pré-industrial, como o escravismo e o latifúndio, foram desdobramentos da expansão do mercado mundial, consti-

6 Ressaltamos a transposição mecanicista do paradigma da via clássica para o capitalismo simbolizado pelas revoluções burguesas do século XVIII, em especial a Revolução Francesa. Para uma problematização das análises apoiadas nessa perspectiva. Ver Sweezy (1981).

tuindo o polo “não civilizado” do desenvolvimento da sociedade moderna em sua dinâmica fetichista.

A chave para explicar o ressurgimento da escravidão nas empresas açucareiras está na organização destas últimas, determinada pela estrutura dos mercados capitalistas, que já envolviam a interferência nos centros produtores. É a isso que se deve a configuração do latifúndio, das grandes unidades de produção, montadas para a obtenção regular e quantitativamente grande do produto, mediante trabalhadores numerosos, conjugados e controlados por sujeitos que detinham a propriedade privada dos meios de produção e a quem pertencia, de direito, o produto do trabalho. (FRANCO apud DE DECCA, 1995, p. 31).

Por conseguinte, durante o processo de formação ideocultural da burguesia brasileira, não foi necessária a construção ou mesmo a adesão a uma concepção de indivíduo e de igualdade fundamentada no liberalismo político. Ao mesmo tempo, ela se manteve sintonizada com aquilo que Carvalho (2004) caracterizou como herança ibérica.⁷ O Iluminismo, com o seu arsenal teórico-filosófico, não fez parte do horizonte político-cultural da burguesia no Brasil, revelando-se, conforme Schuarz (2006), uma “ideia fora de lugar”. Paralelamente, o setor que se desenvolveu à maneira clássica,⁸ tendo como fundamento o empreendedorismo individual, jamais conseguiu se constituir como segmento hegemônico da burguesia brasileira. Cardoso (1977, p. 84) ao debruçar-se sobre ele afirma que:

[...] frente à necessidade de impor ao país uma orientação político-econômica industrialista e independente que aten-

7 Os países ibéricos se caracterizaram por desenvolverem uma forte resistência às transformações socioculturais que se estabeleceram com a irrupção da modernidade durante o período de transição. O fundamentalismo católico e o seu obscurantismo associado às relações econômico-políticas que se estabeleceram no contexto do feudalismo e do mercantilismo na Espanha e em Portugal influenciaram diretamente a formação social das suas colônias entre elas o Brasil. Ver Carvalho (2004).

8 Consideramos ser a via clássica para o capitalismo aquela caracterizada pelo conflito aberto entre as formas sociais não capitalistas e aquelas sintonizadas com o capitalismo simbolizadas pelas lutas entre a burguesia e a nobreza, como no caso da Revolução Francesa. Ver Hobsbawn (1993).

desse aos interesses “do conjunto da sociedade”, os setores industriais oriundos dos grupos imigrantes, como segmentos marginais no sistema nacional de dominação política, sentir-se-iam incapazes de propor e conduzir uma política que os levassem a obter seus fins – à expansão da empresa e do sistema industrial. Vacilariam uma vez mais e desenvolveriam situações de acomodação com parte dos setores tradicionais politicamente dominantes, preferindo perder a chance histórica de controlar a orientação global do processo de desenvolvimento, para manter realística e timidamente uma participação limitada no jogo político vigente.

No que diz respeito às relações estabelecidas entre a burguesia brasileira com as corporações transnacionais, estas não se caracterizaram, fundamentalmente, pelo conflito de interesses. O fato de realizar o processo de industrialização com dois séculos de atraso em relação ao centro capitalista limitava a capacidade concorrencial das empresas de capital nacional por conta da necessidade de aquisição de créditos e tecnologia fornecidos no exterior. Ao mesmo tempo, a participação das corporações transnacionais no processo de industrialização da economia brasileira, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 50 do século passado, obstaculizava a absorção do mercado interno em formação pelas empresas nacionais. Ademais, conforme análise desenvolvida por Cardoso (1977), a hegemonia do capital estrangeiro em setores estratégicos para a efetivação da industrialização brasileira nesse período, comprometia radicalmente as possibilidades de construção de um capitalismo autônomo no Brasil.

Assim como em todas as experiências de modernização recuperadora (KURZ, 2004) a intervenção do Estado na economia foi fundamental para o processo de industrialização nacional. De acordo com Ianni (1986), a incorporação do intervencionismo intensificou-se a partir de 1930, consolidando-se no contexto da 2ª Guerra Mundial. Nesse sentido, podemos afirmar que a economia brasileira estava acompanhando, ainda que mediada pelo seu primarismo, a tendência intervencionista que marcou a economia internacional pós-1929.

Os impactos econômicos provocados pela guerra impulsionaram a intensificação do processo de industrialização com subsídios estatais. Por conseguinte, iniciou-se um amplo processo de reorga-

nização do aparelho de Estado brasileiro, com o objetivo de estabelecer o suporte institucional para a efetivação do intervencionismo estatal na economia. Acompanhando a tendência, analisada por Kurz (2004), de hipertrofia estatal nos processos de modernização recuperadora, a criação de um amplo espectro de empresas estatais com a finalidade de desenvolver a infraestrutura necessária para a expansão industrial sustentou o processo de modernização da sociedade brasileira. Nesse sentido, a industrialização em curso contribuiu para o remodelamento do aparelho de Estado, como ilustra o trecho do discurso proferido por um dos representantes intelectuais da burguesia brasileira na ocasião do I Congresso Brasileiro de Economia, em 1943:

Que se intensifique, mediante uma definida política industrial, a industrialização do país, já iniciada sob tão favoráveis auspícios. [...] Que se sugira ao Governo Federal a conveniência de serem as indústrias básicas organizadas, na falta de iniciativas particulares, com a participação do Estado, ou com o seu amparo. O Estado, neste caso, participará da sua administração, ou tabelará os seus produtos, mediante fiscalização adequada, de modo que concilie o incentivo devido à produção com os interesses dos consumidores. (SIMONSEN apud IANNI, 1986, p. 65).

Desse modo, o apoio ao intervencionismo estatal tinha como fundamento o estabelecimento da economia de livre-mercado. O planejamento econômico, portanto, era compreendido como uma técnica dotada de neutralidade ideopolítica. Em nenhum momento, tal estratégia era compreendida como um instrumento para a limitação do processo de acumulação, cabendo, inclusive, ponderações muito claras à sua adoção:

O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizado, ao máximo, a iniciativa privada e não se prejudicasse as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes. (SIMONSEN apud IANNI, 1986, p. 67).

Entretanto, de uma maneira geral, tanto a grande burguesia monopolista brasileira quanto a pequena burguesia industrial, ambas

ligadas à produção de bens de consumo tradicionais, se identificavam, em alguns momentos, com a politização do intervencionismo estatal por meio das ideias nacionalistas. Porém, a racionalidade advinda da dinâmica da valorização do valor franqueava a ampliação das suas taxas de lucro à associação subalternizada com o capital estrangeiro. Na medida em que essa tendência se tornou predominante no processo brasileiro de industrialização, sobretudo a partir dos anos 50 do século XX, a adesão deste segmento às teses nacional-desenvolvimentistas ficou extremamente comprometida.

Conseqüentemente, o intervencionismo estatal como instrumento necessário à transformação do Brasil numa sociedade assentada na produção industrial de mercadorias passaria a ter como objetivo a manutenção das condições de acumulação de capital pela burguesia brasileira associada ao capital estrangeiro. A consequência natural deste processo seria a progressiva erosão da relação nacionalismo/intervencionismo. O intervencionismo passaria a ser utilizado em função do atendimento das necessidades de modernização da esfera produtiva brasileira expressas pelos interesses dos segmentos do capital monopolista brasileiro e internacional em associação durante o processo que consolidaria o capitalismo periférico e dependente no Brasil no período pós-1964. Diante desse contexto, ganhavam espaço as teses que advogavam a expansão da economia brasileira a partir de uma ampla abertura ao capital estrangeiro, configurando a ideia básica daquilo que Ianni (1979) denominou como *projeto desenvolvimentista associado*. Acerca do papel do Estado na efetivação do desenvolvimentismo associado, Cardoso (1975, p. 84) afirma que:

Este, como hoje é claro, nem se reorganizou para servir aos interesses “tradicionais” (agrolatifundistas-exportadores, classe média burocrática tradicional, setores profissionais “liberais”, burguesia mercantil-industrial de baixa competitividade etc.), nem, ao dinamizar o processo de acumulação e ao chamar os técnicos e militares para os círculos íntimos de decisão da alta cúpula, tomou o rumo definido de fortalecimento dos instrumentos políticos de salvaguarda autônoma dos interesses empresariais privados modernos. Ao contrário disso, gerou um sistema híbrido que atendendo aos interesses do capital oligopólico (e conseqüentemente das empresas multinacionais) tratou de fortalecer, ao mesmo tempo, a empresa pública

e de ampliar a área decisória do governo e sua capacidade de controle sobre a sociedade civil.

A industrialização foi acompanhada pela intensificação do conflito social de natureza político-ideológica. Desde as primeiras décadas do século XX, o proletariado urbano apresentava-se como um importante ator sociopolítico. A partir de 1930, a imposição da modernização demandaria formas mais complexas de controle social postas em prática pelas classes dominantes brasileiras. Desse modo, as estratégias de integração da força de trabalho ao processo de modernização utilizadas pelas classes dominantes brasileiras, tendo a burguesia industrial à frente, conjugaria repressão policial-militar com a extensão de direitos sociais para categorias profissionais de maior importância estratégica para a industrialização do país.⁹ Com efeito, a modernização brasileira reproduzia a gestão do conflito social de natureza sociopolítica que se desenvolveu no contexto do capitalismo monopolista. No entanto, tal processo registrou algumas peculiaridades, como o fato dos direitos sociais serem garantidos em meio a limitações dos direitos civis e políticos, estratégia que se conformaria como uma tendência da dinâmica política brasileira ao longo do seu processo de modernização.¹⁰ A regulação das relações de trabalho dos trabalhado-

9 Uma das estratégias de controle da força de trabalho foi a vinculação do acesso às políticas sociais ante a situação de trabalhador do mercado formal, fato que levou o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos a cunhar o conceito “cidadania regulada”. Ver Santos (1979).

10 Foi exatamente durante os períodos de exceção que tivemos o desenvolvimento de processos de expansão de direitos no Brasil. Durante o Estado Novo, tivemos a elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho (1943). Mesmo com o seu caráter fragmentado, a CLT teve profundo impacto junto ao proletariado urbano industrial na medida em que regulamentava as relações de trabalho instituindo direitos como o salário mínimo, férias remuneradas, assistência médica e previdenciária. No mesmo período, foram criados o Serviço de Assistência ao Menor (1941) e a Legião Brasileira de Assistência (1942). Durante a ditadura militar, a assistência previdenciária às vítimas de acidentes de trabalho passou a ser incorporada pelo Instituto Nacional de Previdência Social, cuja criação em 1967 unificou os Institutos de Aposentadoria e Pensão. A cobertura previdenciária se estendeu aos trabalhadores rurais (1971), empregadas domésticas (1972), jogadores de futebol e trabalhadores autônomos (1973) e ambulantes (1978). No âmbito da assistência social, foi criada a Renda Mensal Vitalícia destinada aos idosos pobres (1974) e ainda a aprovação do Código de Menores (1979). Ver Behring e Boschetti (2007) e Pereira (2008).

res urbanos, a criação, ainda que de alcance limitado, de políticas sociais, bem como a elaboração de uma legislação sindical que tutelava os sindicatos por intermédio do Ministério do Trabalho, foram o eixo fundamental desse processo.

Ao ampliar direitos sociais aos segmentos dos trabalhadores urbanos com maior capacidade político-organizativa, as classes dominantes brasileiras antecipavam-se prevenindo possíveis processos de radicalização de um segmento social em rápido processo de expansão em um período marcado pela guerra fria. Sob outro prisma, podemos analisar a efetivação de tais medidas como o reconhecimento das classes populares como atores sociopolíticos introduzindo novos instrumentos de promoção da integração social das mesmas em um momento em que o processo de modernização demandava, intensamente, o consumo de força de trabalho.¹¹ A instituição dos direitos sociais destinados aos segmentos dos trabalhadores urbanos com maior capacidade político-organizativa ia ao encontro da dinâmica da acumulação de capital que se desenvolvia no Brasil. Tal processo buscava a concretização de dois objetivos: a integração social, prevenindo possíveis processos de radicalização de um segmento social em rápido processo de expansão em um período marcado pela guerra fria e a gradativa disseminação de um modo de vida sintonizado com a mercantilização das diferentes esferas da vida social. A extensão de direitos, apesar do seu alcance limitado e das mistificações provocadas pela ideia de que os mesmos eram uma doação de lideranças políticas “populistas”, foi instituída em um contexto marcado pela disputa de hegemonia na sociedade brasileira. Conforme análise de Weffort (1978):

[...] estabelecida a legislação do trabalho como direito, quando um assalariado reivindica o cumprimento de determinado requisito legal, aquela relação originária de “doação” (e, portanto, dependência) desaparece. O que passa a contar agora é o cidadão que reivindica o cumprimento da lei, que reivindica os “seus direitos” de homem livre na relação de trabalho.

Paralelamente, o processo de industrialização da economia brasileira foi acompanhado pela formação de um amplo exército industrial de reserva. Assim sendo, a adesão ao nacional-desenvolvi-

11 Ver Weinstein (1999).

mentismo manifestada pelas vanguardas políticas das classes populares tinha como principal razão a possibilidade de absorção do excedente de mão de obra em um contexto marcado pela desestruturação de modalidades de produção não capitalistas e pelo conseqüente adensamento urbano provocado pelo êxodo rural. Outro fator que mediaría esse fenômeno político era a questão salarial. Apesar do crescimento econômico não vir acompanhado por um aumento significativo dos níveis salariais, segundo Weffort apud Cardoso (1977), os segmentos que ocupavam uma posição de maior importância no processo de produção e com maior capacidade político-organizativa conseguiam manter o seu padrão de consumo. Desse modo, as teses defendidas pelo projeto nacional-desenvolvimentista iam ao encontro das expectativas desses setores das classes populares, na medida em que possuíam como horizonte histórico a conformação de uma sociedade que assegurasse a elevação do nível de consumo da população mediante a incorporação das massas marginalizadas pela expansão da atividade econômica. Para tanto, de acordo com os nacional-desenvolvimentistas, seria necessária a adoção de reformas estruturais que viessem a atender os interesses da indústria nacional e que intensificassem a introdução das relações sociais capitalistas na sociedade brasileira, uma vez que elas se apresentavam de modo insuficiente. Também faria parte desse processo a reorientação da produção econômica para o abastecimento do mercado interno, aumentando as taxas de investimento com forte participação estatal.

Estes elementos concorriam para o alinhamento tático da esquerda brasileira, nesse período hegemônica pelo semiclandestino¹² Partido Comunista Brasileiro, com os nacional-desenvolvimentistas. A formação de uma economia de mercado nas bases previstas pelo nacional-desenvolvimentismo era compreendida pela esquerda como um elemento de maturação das condições necessárias à construção de uma experiência socialista no Brasil. Segundo Ianni (1986), tal análise fundamentava-se em três aspectos: a possibilidade da realização

12 Em 1947, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra, o Partido Comunista do Brasil teve o seu registro cassado e foi posto na ilegalidade. Contudo, a sua intervenção junto aos movimentos sociais, sobretudo entre o campesinato e o operariado urbano-industrial continuou se desenvolvendo apesar da repressão policial. Ver Bezerra (2011) e Mazzeo & Lagoa (2003).

de uma progressiva estatização/nacionalização da economia que tivesse como consequência a socialização dos meios fundamentais de produção; o enfrentamento das oligarquias latifundiárias; a ruptura com a situação de subserviência em relação ao imperialismo do centro capitalista, em especial aquele exercido pelos Estados Unidos. Nesse contexto, as condições para a conformação da *aliança nacional-desenvolvimentista*, baseada na conciliação de interesses de classes em torno da modernização do Brasil, eram, aparentemente, reais.

Entretanto, os limites do projeto nacional-desenvolvimentista e da sua expressão sociopolítica manifestada na coalizão de classes sociais ficavam evidentes na medida que no seu interior estava estabelecida, de forma latente ou efetiva, a dicotomia acumulação x distribuição. O processo de formação do capitalismo, na maioria das sociedades periféricas, tem como uma das suas principais características o seu desenvolvimento desigual e combinado. Este dado seria uma consequência da estruturação do processo de produção dessas sociedades, uma vez que uma pequena parcela da força de trabalho estaria empregada em atividades industriais em regime assalariado enquanto a sua maioria se encontraria imersa em outras modalidades de relações de produção. Assim sendo, Marini (2005, p. 138) ao empreender um balanço crítico das teses cepalinas, bem como da estratégia do Partido Comunista Brasileiro afirma que:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.

O fato da extensão de direitos atender, fundamentalmente, os segmentos urbanos, deve ser analisado como uma das manifestações da atuação dessa tendência. A exclusão dos trabalhadores agrícolas, por exemplo, expressou a relação dialética entre modernidade e arcaísmo na estrutura do capitalismo brasileiro. A não regulamentação das rela-

ções de trabalho no campo, bem como o desenvolvimento de um amplo setor informal no espaço urbano, desenvolveu-se como uma necessidade da dinâmica da valorização do capital no Brasil. Nesse sentido, as relações capitalistas de produção proporcionariam, sobretudo na periferia, uma permanente refuncionalização das modalidades de exploração da força de trabalho consideradas arcaicas não apenas inserindo-as no circuito da acumulação de capital, mas tornando-as elementos estruturais do capitalismo na periferia, conformando uma peculiar imbricação entre modernidade e arcaísmo. Ao debruçar-se sobre essa questão, Sweezy (1981, p. 104) nos fornece subsídios para a apreciação dos limites do nacional-desenvolvimentismo. Segundo a sua análise, a exploração da força de trabalho na periferia do capitalismo, na medida que inclui modalidades não assalariadas, sempre foi mais alta do que aquelas registradas no centro.

[...] a taxa de exploração é, e sempre foi, muito mais alta na periferia do que no centro. Neste, a taxa de exploração é, para todas as finalidades práticas, igual à taxa de mais-valia. Isso não acontece na periferia, onde só uma pequena parte da força de trabalho é empregada como trabalhadores assalariados na indústria capitalista, com proporção muito maior explorada direta e indiretamente pelos latifundiários, comerciantes e usurários, principalmente no campo, mas também nas cidades, grandes e pequenas. No caso, todo o excedente arrancado dos trabalhadores não empregados na indústria capitalista, ou a maior parte dele, é comercializado e se torna indistinguível da mais-valia produzida de forma capitalista.

A manutenção do caráter desigual e combinado da estrutura socioeconômica brasileira se defrontou, entre agosto de 1961 e março de 1964, com um forte processo de acirramento do conflito social. Esse período foi marcado pela intensificação das mobilizações políticas protagonizadas pelas classes subalternizadas que reivindicavam reformas econômico-sociais que acelerassem o processo de modernização da sociedade brasileira acompanhadas pelo aprofundamento da sua democratização via intensificação da participação popular. Sintonizado com este processo, as Reformas de Base do governo João Goulart questionavam, embora timidamente, as estruturas tradicionais da sociedade brasileira, como o latifúndio, prevendo estratégias redistributivistas que limitavam o processo de acumulação de capital por parte

da burguesia monopolista brasileira e seus sócios internacionais.¹³ Paralelamente, a mobilização de segmentos das classes populares para além daqueles que estavam ligados à produção industrial, com destaque para o campesinato, evidenciava um processo de formação de uma consciência nacional-popular (GRAMSCI, 1999). Esse processo, progressivamente, se convertia em um elemento de contestação à ordem social vigente. Diante dessa conjuntura, a opção histórica da burguesia monopolista brasileira foi a obstaculização da participação popular por meio da instalação de um regime autoritário caracterizado por Netto (1994) como *autocracia burguesa com tutela militar*.

Conclusão

A dinâmica do capitalismo no Brasil não pode abrir mão de um arcabouço sociopolítico que seja impermeável aos interesses populares e incompatível com processos redistributivos. Fernandes (1975, p. 111), ao analisar o que denominou ser as consequências do *superprivilegiamento de classes* na América Latina e, por conseguinte, no Brasil, afirma que:

As classes privilegiadas entenderam que não podem ser “iluministas”, “liberais” e muito menos “tolerantes”. Acabaram acomodando-se à ideia de que não podem repetir o padrão europeu de revolução burguesa e que podem tirar maior proveito do “pragmatismo político”, que lhes ensina ser impossível conciliar capitalismo e democracia, sem abrir mão do seu superprivilegiamento relativo e sem atacar as iniquidades do subdesenvolvimento.

A emergência de experiências nacionalistas nos países periféricos, sejam aquelas protagonizadas por governos eleitos pelos mecanismos da democracia representativa ou mesmo como resultado de revoluções populares, tinham como horizonte histórico a modernização das suas sociedades. Muitas delas possuíam um forte teor político anticapitalista, inclusive aproximando-se do chamado Bloco Socialista. Certamente, as possibilidades de diálogo entre nacionalismo e socialismo

13 A adoção de uma política de proteção salarial, a taxação da remessa de lucros enviados ao exterior pelas empresas transnacionais, a reforma agrária e a expansão de serviços públicos eram medidas que estavam previstas nas Reformas de Base.

nos países periféricos foram reais. Na medida que o processo de acumulação dos grandes monopólios sediados nos países centrais do capitalismo depende, estruturalmente, da manutenção da subalternidade dos países periféricos no cenário internacional e da superexploração da sua força de trabalho, a ideologia nacionalista tendia a se tornar o elemento de um processo gradual de radicalização sociopolítica.

No entanto, é importante ressaltarmos que as possibilidades das burguesias dos países periféricos encabeçarem processos de ruptura com as condições de dependência dos seus países eram absolutamente insignificantes. Certamente, não se trata somente de uma questão cultural ou política, como uma análise epidérmica do tema pode sugerir. Essa característica decorre dos fundamentos estruturais da própria dinâmica de valorização do valor que não permitiu a realização do desenvolvimento industrial de forma autodirigida nesses países. A modernização dessas sociedades sempre foi, direta ou indiretamente, franqueada pelas necessidades de acumulação de capital nos países centrais. Essa estratégia viabilizou, durante anos, as altas taxas de lucros dos grandes monopólios transnacionais, sendo inclusive um dos sustentáculos da expansão capitalista durante o pós-1945. Logo, do ponto de vista da valorização do capital, a associação com a burguesia monopolista internacional era uma condição estrutural.

O nacional-desenvolvimentismo e a sua lógica redistributivista conformou-se como um projeto inviável historicamente. Em que pese as suas contribuições teóricas, culturais e políticas inovadoras, bem como o objetivo de promover um projeto de social-democratização nacional em torno da formação de um capitalismo independente, a sua efetivação encontrou na própria gênese da modernização brasileira o seu limite.

**Submetido em 30 de novembro de 2015 e aceito para
publicação em 25 de abril de 2016.**

Referências

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.

- CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- COUTINHO, Carlos N. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Cortez, 1996.
- DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2005.
- _____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HOBSBAWM, E. **A era das revoluções**. São Paulo: Comp. das Letras, 1993.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Comp. das Letras, 2007.
- IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- MAZZEO, A. C.; LAGO, M. I. (Orgs.). **Corações vermelhos: Os comunistas no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1994.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez/CNPq, 2008.
- SWEEZY, Paul. **4 Conferências sobre o marxismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez / CDAPH-Ifan – Universidade São Francisco, 2000.